

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº                      , DE 2009**  
**(Do Sr. Paulo Roberto Pereira)**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação, sobre o Parecer homologado n.º 13, de 2009, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal e nos art.s 24, inciso V e § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhada ao Sr. Ministro da Educação pedido de informações sobre o Parecer nº 13, de 2009, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que preconiza critérios para definição do atendimento educacional especializado, prevendo que a pessoa portadora de deficiência só pode ter acesso a escolas especiais se estiver matriculada na rede básica de ensino regular.

Procurado pela Câmara Municipal de Alegrete e pela Federação Nacional das APAES, sinto-me solidário e apreensivo com suas considerações a respeito do tema e nesse sentido solicito resposta as seguintes indagações:

- a) Sobre o mérito do parecer citado, como se chegou à concepção de que para haver inclusão na educação, a partir de 2010 é necessário superar a visão do caráter substitutivo de educação especial ao ensino comum, bem como tornar inexecutável a atuação de organizações e instituições educacionais exclusivas para alunos com deficiência?
- b) A partir de 2010, apenas será possível conceber o ensino especial como uma forma complementar de estudo, e somente para aqueles alunos devidamente matriculados na rede pública de ensino regular ou também as instituições de ensino especial terão seus espaços garantidos?

- c) O Decreto Presidencial de nº 6.571, de 2008, cujo objetivo principal é o compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento educacional especializado. Isso dar-se-á através de recursos do FUNDEB. Então limito-me a questionar se as escolas especiais podem ser incluídas no FUNDEB para que possam continuar a receber recursos federais?
- d) Por último, mas não menos considerável, foram oferecidos cursos técnicos de especialização para os professores da rede básica de ensino público que irão receber em suas salas de aula alunos especiais, capacitando-os plenamente para tal ofício?

Considerando as manifestações das instituições de ensino especializado, Senhor Ministro, essa decisão governamental está levantando diversas incertezas para o setor, desestimulando o voluntariado e as famílias preocupadas com o exponencial trabalho desenvolvido na APAE Alegrete, por exemplo.

Considerando ainda que as questões levantadas são de suma relevância para acalmar o setor e para esclarecer as reais colocações da nova legislação incidente, aguardo o quanto antes a suscitada resposta.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em            de            de 2009.

**Deputado PAULO ROBERTO PEREIRA**